PAUTA
Reunião de
CREP
10/4/25

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO
DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SINESP

Conselho de Representantes

10/4/2025 - Auditório do CFCL Benê do SINESP

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

A. Conjuntura complexa exige a educação em luta

O efeito Trump

Nas últimas semanas o Brasil e o mundo viraram alvo do governo de Donald Trump. Ele estabeleceu um "tarifaço" global com consequências múltiplas, que afetará em algum grau a economia brasileira, cujos derivados do aço já pagam 25% a mais e um conjunto amplo de produtos receberam mais 10% de aumento, para além do que já se paga para vender aos EUA.

Estamos diante de uma "guerra tarifária" que afetará a economia em variados graus, conforme cada país reagir, inclusive o Brasil. A maioria dos economistas aponta para a possibilidade de uma recessão nos EUA, que pode se tornar mundial, e mudanças de grande impacto no comércio internacional. Movimentos assim, dessa magnitude, sempre resultaram em abalos de grande relevância com decorrências nacionais intensas e o Brasil será afetado.

Contradições nacionais

A situação brasileira está marcada pela percepção popular sobre o governo do presidente Lula, que, segundo as pesquisas, encontra o seu mais baixo índice de aprovação desde o seu primeiro mandato (2003-2010) e agora nestes pouco mais de dois anos do atual. As mesmas pesquisas apontam que se a eleição fosse hoje, Lula venceria todas as demais candidaturas, de centro, direita e extrema-direita.

Muito dessa perda de popularidade está relacionada ao elevado índice inflacionário em alguns produtos de amplo consumo popular, o que contrasta com uma forte recuperação econômica do país, que está com um dos níveis mais baixos de desemprego da história recente, retomada da industrialização e de diversos programas sociais de grande importância, bem como a criação do "pé de meia", que beneficia estudantes do ensino médio.

O Plano Nacional de Educação é uma frente de luta importante

Lula segue enfrentando grandes dificuldades na relação com o Congresso, especialmente com a Câmara Federal, composta majoritariamente por forças de centro e de direita e com uma autonomia orçamentária muito grande em função das emendas parlamentares impositivas que ganharam enorme força no governo de Bolsonaro. E é nesse Congresso que tramitará o Plano Nacional de Educação, que exigirá mobilização dos trabalhadores da educação na luta pela sua aprovação nos termos definidos pela Conferência Nacional de Educação realizada em 2024.

A resistência aos ataques à Educação municipal e estadual

O governador Tarcísio de Freitas e o prefeito Ricardo Nunes continuam com sua parceria, especialmente no que diz respeito ao avanço das privatizações no estado e na cidade de São Paulo, atingindo fortemente a educação pública.

O governador vai se posicionando para ocupar o espaço político de Bolsonaro em 2026 e o prefeito começa a insinuar a possibilidade de disputar a eleição para sucedê-lo no próximo ano.

Há poucos dias, no início de abril, o governador autorizou a abertura de licitação para privatizar mais 143 escolas da rede estadual, enquanto o prefeito segue na mesa toada, pretendendo atingir cerca de 50 escolas da rede municipal com a propalada "parceria público-privada", o que vem sendo denunciado sistematicamente pelo SINESP.

E ambos seguem tratando os profissionais da educação com medidas autoritárias, corte de recursos para a área, terceirização da formação com entidades privadas que afetam o trabalho dos gestores, arrocho salarial e dificuldade nas negociações salariais, entre outros ataques.

A luta da categoria

Os cenários nacional e local demandam que os profissionais da educação sigam unidos em torno da defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, o que inclui ampla mobilização em torno das principais lutas deste ano.

Já realizamos uma boa mobilização geral em março, realizamos atos importantes nas diversas regiões da cidade, temos uma pauta bem definida para negociar com a prefeitura e ir à greve se não houver uma proposta que considere e atenda as reivindicações da categoria.

É preciso também ocupar Brasília nos momentos necessários de decisões sobre o PNE, bem como para a continuidade e o fortalecimento da mobilização pelo descongelamento e pela derrubada do confisco previdenciário.

As vitórias da categoria nas lutas precisam de muita organização, capacidade de mobilização das bases, diálogo intenso com as comunidades escolares, busca de apoio entre os setores organizados da sociedade civil que defendem a educação e a intensificação das diversas atividades definidas pelo nosso calendário de mobilização. Vencer é possível! Derrotar Nunes é preciso!

B. Campanha salarial: Construir fortes paralisações e manifestações regionais e geral

No dia 18 de março foi realizada a primeira paralisação com manifestação convocada pelos Sindicatos que compõem a Coeduc (SINESP, SEDIN e SINPEEM) nessa Campanha Salarial.

Durante a paralisação, dirigentes dos três Sindicatos se reuniram com representantes da Secretaria de Gestão (Seges), que não se posicionaram sobre a pauta de reivindicações, apesar do prazo limite para a resposta, dado pela Coeduc, ter expirado.

Com isso, os trabalhadores da educação aprovaram a realização de paralisações e manifestações por DRE durante os meses de março e abril e uma paralisação geral no dia 30/4.

Essa ação visa à mobilização dos territórios, para dialogar, organizar, articular e fortalecer a base da categoria na construção das paralisações regionais e da grande paralisação do dia 30/4 em frente à prefeitura, que poderá culminar em greve por tempo indeterminado caso as negociações não avancem.

As paralisações em frente as DREs permitem, também, o diálogo com os Diretores Regionais para o apoio às reivindicações da categoria e a solução de problemas das regiões. Outra ação importante oportunizada pelos atos nas DREs é o diálogo com a comunidade local, informando-a sobre os ataques sofridos pela educação pública e os riscos que isso implica à população de São Paulo.

Construção coletiva da luta para as próximas paralisações regionalizadas e para a geral no dia 30/4

As manifestaçoes regionais continuarão até o dia 28 de abril. Já foram realizadas oito e mais cinco ocorrerão nas próximas semanas. Neste momento, é importante manter e ampliar a mobilização nas DREs que já pararam, para a construção de uma grande paralisação no dia 30/4, que mostre à prefeitura a unidade da categoria em torno dos objetivos da Campanha Salarial e da defesa dos direitos dos profissionais da educação municipal.

Dirigentes Sindicais do SINESP estão focados no fortalecimento da Campanha Salarial nos territórios e tem evidenciado a importância dessa grande luta nas reuniões do CREP e de RELTs. Essa defesa intransigente da educação pública e da carreira do magistério tem ampliado ainda mais a atuação do Sindicato nas Unidades Educacionais em reuniões com professores, coletivos, trabalhadores das escolas e a comunidade, todos trabalhando juntos contra os ataques do governo ao ensino público da cidade de São Paulo.

Informar as comunidades educativas e a população em geral é fundamental para que as paralisações tenham apoio, por isso os sindicatos da Coeduc têm circulado com carros de som e distribuído carta aberta em pontos de grande circulação, explicando as políticas equivocadas do governo e os ataques contra a educação pública.

O SINESP convoca todos os conselheiros a atuarem com o Sindicato na construção de uma Campanha Salarial exitosa e de uma paralisação potente em 30/4.

SME chama reunião

A participação nas manifestações já realizadas tem sido representativa e mostrado mobilização crescente da categoria, que sabe dos enormes perigos e riscos de perdas em virtude dos ataques do governo.

A mobilização da categoria foi decisiva para que a SME chamasse os Sindicatos que compõem a Coeduc para um diálogo sobre a Campanha Salarial. A reunião com o secretário abriu o processo de negociação acerca das reivindicações construídas pelos sindicatos juntamente com seus filiados.

É preciso ampliar a mobilização para que essas negociações avancem e seguirmos firmes para conquistar o atendimento das nossas reivindicações.

Combater a privatização da gestão é prioridade!

A lei 18.221/24, a IN 4/25 e as afirmações do prefeito à imprensa, de que pretende terceirizar a gestão das 50 UEs com menor desempenho no Ideb, expressam o direcionamento de um governo que se situa no limite entre a direita e a extrema-direita.

Esse governo e sua maioria na Câmara promovem o neoliberalismo, que tem nas privatizações um de seus pilares. E hoje, entregar as verbas públicas da educação para setores empresariais é uma de suas prioridades.

O SINESP jamais aceitará essa lei que abre caminho para ampliar a privatização da educação pública, já bastante difundida com a "rede parceira" na educação infantil, com os ataques à EJA, com o Sesi atuando nos CEUS e com a terceirização da gestão no Liceu Coração de Jesus. Ampliar esse tipo de "parceria", inclusive, é projeto da prefeitura de São Paulo.

Entre vários ataques, a lei 18.221/24 fere o Estatuto do Magistério ao possibilitar a transferência e perda de lotação do Diretor de Escola, além de culpabilizá-lo por eventuais insucessos que são de responsabilidade da administração municipal, que sucateia a escola pública para justificar a privatização.

Defender os Gestores Educacionais é prioridade do SINESP

O SINESP nasceu na luta em defesa da carreira e do concurso público. Por isso, a derrubada dessa lei e a defesa dos cargos da Gestão Educacional é uma prioridade.

Além das reivindicações da Campanha Salarial, o SINESP tem lutado em outras frentes contra essa lei. Um dos caminhos definidos para essa luta foi o da Justiça. O Sindicato entrou c om Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra ela, ampliando as frentes de luta para barrar essa legislação descabida e cruel com os educadores. E permanecerá firme contra toda e qualquer ameaça aos direitos dos Gestores Educacionais, ao concurso público e à carreira.

C. Próximas ações do SINESP

Distribuição de carta aberta e conversa com a população - A partir das 17h

10/04 - Terminal Parque Dom Pedro

11/04 - Terminal São Mateus

11/04 - Terminal Jabaquara

17/4 - Terminal Cidade Tiradentes

25/4 - Estação Guaianases CPTM

Próximas paralisações regionalizadas com manifestações às 12h em frente às DREs

14/4 – DRE São Mateus

Av. Ragueb Chohfi, 1550, Jd. Três Marias

16/4 – DRE Jaçanã/Tremembé

Av. Tucuruvi, 808, Tucuruvi

23/4 – DRE Capela do Socorro

Av. Deputado Adib Chammas, 112, Veleiros

25/4 – DRE FÓ/Brasilândia

Rua Marina Ciufuli Zanfelice, 371, Lapa de Baixo

28/4 – DRE Penha - Rua Apucarana, 215, Tatuapé

30/4 – PARALISAÇÃO GERAL DA REDE

Com manifestação e assembleia às 13h em frente à prefeitura

Principais reivindicações da categoria:

- Reajuste 44% para todos
- Revogação da Lei 18221/24
- Revogação do confisco de 14%
- Redução da jornada de trabalho
- Escola pública com gestão pública
  - *Contra a privatização da Gestão Educacional*
  - *Manutenção do Direito de escolha de lotação e exercício para todos os Gestores*
  - *Concurso público como única forma de provimento para todos os cargos*

D. Proposição de novas ações e encaminhamentos